

RESUMO - GT3: ESPAÇOS PARTICIPATIVOS NA CIDADE: PRÁTICAS E
REINVENÇÕES DA DEMOCRACIA URBANA

**A INFÂNCIA COMO PROTAGONISTA DO DIREITO À CIDADE: O PAPEL DO
COMPAZ COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO**

Nielline Conceicao De Andrade (nielline.conceicao@ufpe.br)

Introdução: O presente trabalho analisa como as unidades do Compaz (Centros Comunitários da Paz) da Prefeitura do Recife se apresentam como instrumentos que viabilizam o acesso e a participação da infância vulnerabilizada aos espaços urbanos. Na contramão de práticas estatais excludentes e higienistas que visam criminalizar a pobreza, o Compaz, não busca segregar, mas sim aproximar o Estado desses espaços vulnerabilizados. Busca fornecer desde a infância acesso a lazer, instrumentos educacionais, convívio comunitário, reconhecendo as crianças e os jovens como protagonistas do direito à cidade, apostando na convivência e na formação cidadã como meios de prevenção à violência e de fortalecimento dos vínculos comunitários. Objetivo: Examinar como o Compaz se apresenta como instrumento de democratização do espaço urbano para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, fornecendo-lhes ferramentas de participação enquanto sujeito de direitos. Metodologia: A pesquisa adota abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental acerca do papel do Compaz enquanto equipamento urbano de cidadania, a partir de referenciais que discutem direito à cidade, democracia urbana e políticas de inclusão social. Resultados e discussão: Os achados indicam que o Compaz atua como espaço comunitário de ampliação do acesso a serviços, bens

culturais e atividades esportivas, permitindo que a populações antes marginalizadas se reconheçam como pertencentes à cidade desde sua infância, estimulando formas não tradicionais de participação. Aproximando o Estado de territórios vulnerabilizados visando, dentre outros objetivos, a proteção da infância e formação de uma consciência cidadã. Conclusão: O Compaz se apresenta como experiência inovadora de democratização urbana, rompendo com lógicas segregadoras e reafirmando a infância como centro de desenvolvimento social. Recomenda-se, porém, em se tratando de uma política recente, iniciada em 2016, que sejam ampliados os estudos empíricos que avaliem seus impactos a médio e longo prazo.

Palavras-chave: direito à cidade; infância; compaz; inclusão urbana.